

EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS COM O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MATEMÁTICA: CONHECENDO O ESPAÇO ESCOLAR

Marcelo Macêdo Vieira
Universidade Estadual de Feira de Santana
marceloyvieira@hotmail.com

Gideone Oliveira Ribeiro
Universidade Estadual de Feira de Santana
gideone_uefs@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho trata da experiência vivenciada na disciplina Estágio Curricular Supervisionado em Matemática I, na etapa de observação e reconhecimento de uma Unidade Escolar localizado no interior da Bahia. Com respaldo em Dayreel objetivamos compreender o fazer cotidiano da escola e conhecer a sua realidade a partir da pesquisa de campo. Percebemos a grande relevância da participação da comunidade nas decisões administrativas e financeiras da escola, fiscalizando os atos da gestão, observando os critérios estabelecidos por cada Lei específica, cooperando com o desenvolvimento da mesma além da conscientização de pais e alunos quanto à conservação do espaço físico.

Palavras-chave: Educação; Recursos Financeiros; Organização Escolar.

1. Introdução

O aprendizado é uma meta que precisa ser atingida no ensino e projetada pelo professor com o objetivo de habilitar o aluno a desenvolver raciocínios mais instantâneos em problemas do cotidiano. Conduzir o ensino consiste em valorizar o aspecto social e cultural de grandes pensadores, cientistas e historiadores que contribuíram no desenvolvimento da sociedade. Em relação à escola pública, o ensino de muitas delas está longe da contemporânea realidade das escolas que concretizaram um pleno desenvolvimento humano.

As condições de funcionamento e estrutura de uma escola influenciam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, e o espaço precisa ser adequado à sua realidade. Uma boa escola possui um espaço democrático que ampara o direito do aluno de aprender

e desenvolver a sua habilidade cultural. Sendo um espaço multicultural, haverá nela situações que no momento não poderão ser contempladas.

A escola, como qualquer outra instituição de ensino, é um ambiente que, quando organizado e bem estruturado com políticas democráticas de acesso e permanência, favorece a um bom desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem. Sendo um dos locais que permite a construção do conhecimento, a escola possibilita a formação de novas experiências, socializações de conceitos e interações com objetos de estudo, tornando o aprendizado ainda mais prazeroso.

Para conhecer o espaço escolar e os locais de trabalho de professores, pudemos através do trabalho de campo do Estágio Supervisionado em Matemática, numa escola da rede estadual de ensino do Município de Feira de Santana, vivenciar a situação atual da escola e refletirmos sobre os problemas diagnosticados na estrutura e na organização escolar para então apontarmos possíveis ações direcionadas a escola e assim promover um ensino de qualidade.

Foi realizado um estudo durante o período de estágio o qual nos possibilitou notar a coparticipação na sala de aula, com os olhares atentos aos critérios externos ao ensino e a sua influência, bem como as visitas a secretaria e a direção para obter o conhecimento sobre o gerenciamento da administração escolar, mediante entrevistas, além de visitas ao laboratório e a cantina da escola. Após análises, observamos que a sala de aula possui uma precária estrutura física com alguns recursos danificados, o que influencia muito no processo de ensino e aprendizagem.

Foi de grande relevância para aquisição de conhecimentos do espaço escolar, obtendo assim uma ampla visão sobre a dinâmica do funcionamento da escola, a qual possui várias especialidades: pedagógica, administrativa, sociológica e psicológica. Nesta escola notamos um espaço que acolhe um universo de experiências vivenciadas, diferentes modos de ver o mundo com algumas concepções contraditórias, cabendo à escola respeitar cada segmento social e interagi-las com harmonia.

Segundo PANIZZI,

A escola é um espaço de multiplicidades, onde diferentes valores, experiências, concepções, culturas, crenças e relações sociais se misturam e fazem do cotidiano escolar uma rica e complexa estrutura de conhecimentos e de sujeitos (PANIZZI, 2003, p.01).

Diante disso percebe-se que a escola é considerada um espaço cultural diversificado, com um ambiente rico em conhecimento, propício ao desenvolvimento social. Cada aluno vive uma realidade, o que lhe é própria e difere dos demais, a escola por sua vez é um espaço heterogêneo e acolhe uma multiplicidade de mundos, portanto, cabe a ela administrar cada conflito e agir em respeito aos valores, as crenças e as culturas. Sendo assim, a escola promoverá um ensino contextualizado a realidade inserida.

Para saber um pouco mais sobre as atividades da escola e o seu envolvimento na vida social do aluno, observamos os aspectos funcionais e estruturais.

Em determinada fase do estágio, percebemos que a sala de aula estava num estado razoável de funcionamento, apresentando alguns problemas físicos, tais como cadeiras e janelas quebradas, paredes necessitando de pintura, enfim, precisando urgentemente de manutenções. Outro problema bem comum em escolas públicas que presenciamos foi a falta de professores, como também a falta de atividades complementares para os alunos, o que interferiu no andamento das aulas.

2. Da Estrutura e Organização da Escola

A escola em estudo ainda não possui as condições físicas e organizacionais que garantem a segurança e o bem estar dos alunos, já que necessita de alguns reparos para melhor atendê-los e transmitir uma educação digna, portanto os investimentos e o Projeto Político Pedagógico da escola são fundamentais para melhores condições de trabalho e de estudo. A fim de fornecer investimentos financeiros para o andamento das obras e capacitação dos profissionais da educação, o governo federal criou em 1995 o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Tratando-se do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado em 1995 pelo Decreto 9.425/1995, o não cumprimento da Lei que institui autonomia das escolas em gastos administrativos impede que as mesmas invistam mais em seu espaço físico e em capacitação e qualificação de seus professores. A lei determina autonomia nos gastos para a escola que possui uma conta do Conselho Escolar, caso contrário os recursos são enviados à Prefeitura ou à Secretaria Estadual de Educação, que depois faz o repasse.

Diante disso percebe-se que a responsabilidade pelo acúmulo de problemas estruturais e organizacionais pode ser delegada a Administração Escolar, a Secretaria de Educação ou ao Governo nas diferentes esferas.

De acordo com o FNDE:

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica [...], com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias das escolas beneficiárias que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infra-estrutura física e pedagógica (BRASIL 2013).

Os investimentos públicos do PDDE possuem várias finalidades, uma delas destina-se ao reparo e a manutenção física da escola, como também ao funcionamento que precisa estar em plenas condições de atendimento para que os alunos usufruam dos recursos dispostos ao ensino. Salientamos que alguns patrimônios públicos da escola podem ter sido depredados pelas ações de vandalismo, uma vez que as obras não poderiam ser reiniciadas com a escola funcionando.

Segundo Espeleta,

Aprender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas (ESPELETA, 1986 apud DAYRELL, 1996, p.1).

Trabalhar com alunos enquanto sujeitos ativos na construção social é estabelecer sentidos nos conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade, representando a importância desse aprendizado na comunidade. A contribuição política da comunidade gera ideias relacionadas ao desenvolvimento participativo nas escolas e o acolhimento das opiniões, avaliadas pelo corpo pedagógico da escola, atribuem melhorias ao funcionamento, sendo relevante para o ensino.

De acordo com Dayrell,

O que cada um deles é, ao chegar à escola, é fruto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais. Assim, para compreendê-lo, temos de levar em conta a dimensão da “experiência vivida”. Assim, o cotidiano se torna espaço e tempo significativos (DAYRELL, 1996, p.2).

Assim, a escola tem um papel fundamental na construção de saberes e, portanto precisa se envolver na vida social dos alunos, participando em todas as etapas do processo, pois os alunos chegam à escola com experiências sociais diversificadas.

São grandes os desafios para a escola. A sua equipe deve estar atenta às necessidades que forem surgindo, com o intuito de refletir sobre as problemáticas e discutir possíveis soluções, para assim evitar danos ao ensino. A escola é um espaço multicultural sujeita a transformações, que conta com a participação da comunidade escolar na elaboração e execução de projetos.

Sendo dever constituído na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96 a instituição de ensino deve garantir no mínimo condições elementares de funcionamento e estrutura que contribuam para o acesso e permanência dos alunos, juntamente com a intervenção pedagógica nas atividades do setor burocrático da escola, promovendo avanços no ensino e superando desafios, ratificando que os professores são os maiores conhecedores da realidade dos alunos.

Ainda sim, serão insuficientes os investimentos se a escola não qualificar a mão-de-obra, ou seja, os professores e os funcionários que precisam estar bem atualizados tanto a utilização de tecnologias quanto ao setor burocrático, conhecendo as leis vigentes e tendo acesso as mudanças.

3. Relato de Experiência

Coletamos informações sobre a estrutura e o funcionamento da escola durante o trabalho de pesquisa do Estágio Supervisionado em Matemática I promovido pela UEFS, observando os fatores que influenciaram o ensino. Realizamos esse trabalho no Município de Feira de Santana em uma escola da rede pública. Detectamos problemas estruturais e analisamos o serviço prestado ao atendimento de seus alunos.

Existem problemas na infraestrutura da escola e há a necessidade de “reparar” o espaço físico para que acomodem os alunos com mais segurança e dignidade. Para tanto é fundamental ter o conhecimento das Leis que destinam a liberação de verbas para a manutenção predial da escola. Diante disso, percebe-se então que o programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para execução de obras no espaço físico e compra de materiais permanentes para a escola.

Para saber mais sobre os direitos que amparam a escola, buscamos os aspectos legais que esclarecem a finalidade de cada programa do Governo Federal na educação. Como o interesse é na parte funcional e estrutural da escola, apontamos algumas Leis que

garantem esse direito para as escolas. Quanto ao aspecto funcional, existem recursos do FNDE centrados no MDE destinados a remuneração e a valorização dos profissionais do magistério e com relação à estrutura, a LDB garante o mínimo gasto na manutenção do ensino público.

Segundo Barros,

São despesas com o MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) remuneração do pessoal do magistério; remuneração de funcionários técnico-administrativos, em atividade de MDE; aquisição, construção, reforma e alugueis de imóveis para a educação; compra de material pedagógico para professores e alunos (BARROS, 2003, p.4).

Portanto a escola dispõe de recursos do MDE para investimento na organização do espaço, na valorização dos profissionais e na compra de materiais pedagógicos. Logo o direito está assegurando e os investimentos poderão ser feitos, porém é preciso ter uma gestão participativa, opinada pela comunidade e pelos sujeitos da escola.

Ainda nos aspectos legais, temos que a LDB 9394/1996 garante no artigo 69 o mínimo de 25% para ser gasto na manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público e em seu artigo 77 diz que os recursos públicos serão destinados as escolas públicas.

Logo, a LDB 9394/1996 e o MDE dão respaldo às escolas públicas dos estados, dos Municípios e o Distrito Federal no que tange a aplicação dos recursos financeiros do MEC e atribuem finalidades aos repasses de cada projeto. Portanto é direito constituído, por lei, dentro da Constituição Federal, a disponibilização dos recursos financeiros para melhoria da infraestrutura e da qualificação pedagógica da escola.

Os problemas na infraestrutura estão presentes na escola, por isso há a necessidade de aplicar investimentos com a finalidade de recuperar o patrimônio público e auxiliar na compra de outros materiais. A escola possui autonomia, pois conta com um Conselho Escolar que fiscaliza a aplicação dos recursos financeiros.

O funcionamento da escola é razoável, a secretária atende bem ao público e a equipe de apoio procura está informada sobre a situação de cada aluno, dos motivos da sua ausência por exemplo. A biblioteca funciona apenas no turno matutino, fato que provavelmente prejudique aos alunos dos outros turnos. Em relação à segurança a escola possui um vigilante que trabalha zelando pelos patrimônios públicos.

Com relação à sala de aula, que é um espaço do aprender, do surgimento de ideias e da promoção de criatividade está com o espaço físico comprometido. Tiveram dias em que as precárias condições do espaço físico interferiam no desenvolvimento da aula, visto que a sala possui goteiras causadas pelas chuvas, próximas ao quadro branco que atrapalhavam o andamento das mesmas. Vale salientar também que, na sala havia várias cadeiras sem condições de uso.

Outro fator que interferia no andamento das aulas era a quantidade de aulas vagas, motivo este que levava os alunos a ficar no pátio conversando e brincando, atrapalhando os demais que estavam em aulas, porém é nessa hora que os mesmos se relacionam socialmente. Para tanto, é preciso que a escola disponha de um espaço para a interação social e a coordenação execute alguma atividade durante o tempo vago.

Portanto a coordenação escolar deve estar ligada à realidade dos alunos e as situações reais do cotidiano, desenvolvendo práticas que incentivem a inserção social do conhecimento e os projetos podem ser desenvolvidos na escola na medida em que forem encaminhados os problemas para a secretaria.

Salientando que o pouco envolvimento dos pais e da comunidade comprometeu o ensino, uma vez que o aluno estudava numa escola que possui alguns patrimônios depredados. Observando os critérios da lei, à comunidade pode se mover para solicitar o cumprimento dos direitos no que diz respeito às condições de acesso e permanência dos alunos na escola. Os pais e a comunidade junto com os professores definem como o dinheiro será gasto.

4. Reflexão Crítica

Para que se tenha uma educação pública de qualidade às pessoas precisam acompanhar o funcionamento da escola, observando cada critério estabelecido por Lei Específica e comunicar a administração os problemas diagnosticados e em coletivo denunciar os descasos sociais, requerendo o cumprimento das Leis.

Objetiva-se obter uma educação pública brasileira de qualidade, para isso “acredita-se que é preciso formar aqueles que trabalham com a educação e a comunidade em geral, de forma consciente acerca do seu papel de agentes fiscalizadores da aplicação correta dos recursos” (BARROS, 2003, p.6).

O estado pode oferecer um ensino de qualidade, aprovando Projetos e sancionando Leis, mas existe uma discrepância quanto à utilização dos recursos públicos de uma escola por desvio de função ou por atos ilícitos causados pela falta de fiscalização. Assim, a conscientização da comunidade escolar quanto à conservação predial e patrimonial da escola pode poupar a verba da escola e ela pode gerar outros investimentos.

A comunidade, muitas das vezes desconhece os direitos atribuídos a sua cidadania, pagam impostos e não sabem se foram corretamente empregados os investimentos públicos, na educação, por exemplo, as Leis possuem finalidades específicas de regulamentar cada Programa do MEC e, portanto deve-se tomar o conhecimento do destino das verbas vindas para a escola, senão os recursos sairão dos cofres públicos e vão destinar-se a atos ilícitos.

A sociedade sofre com a vulnerabilidade da educação pública, com a falta de incentivo a cultura e a participação na gestão administrativa. A escola precisa encaminhar os projetos de melhorias para o governo, mas deve contar com os valores sociais e econômicos transmitidos e para isso necessita do poder deliberativo da comunidade que possui o amplo direito de fiscalizar e contribuir na organização escolar.

Para educar, é preciso ensinar e para isso tem que haver um compromisso do corpo pedagógico da escola nas reuniões de Atividades Complementares - AC para discutir os problemas funcionais e auxiliar a direção nas atividades administrativas.

O ensino não pode esperar por tamanho atraso na execução das obras ou na liberação dos recursos, a Escola sofreu prejuízos com os descasos provindos da política administrativa. Interferiu profundamente no processo de ensino e aprendizagem.

5. Considerações Finais

A pesquisa realizada através da observação no estágio provocou uma reflexão acerca do que conhecemos sobre a teoria e a prática. Nem sempre a teoria é refletida e desenvolvida na escola. Os problemas apresentados muitas vezes são conjunturais (falta de compromisso da direção, do corpo pedagógico e da comunidade), tornando-se necessário a aplicabilidade de leis afim de que possam solucionar tais problemas.

A falta de fiscalização no espaço físico da escola promove riscos à integridade física dos alunos, podendo gerar processos jurídicos que comprometam o funcionamento da escola. Por exemplo, um pequeno muro de concreto que serve de acento, considerado

uma barreira pode causar acidente entre alunos indisciplinados em colisões com o pátio, sendo necessários reparos.

A participação da comunidade nos trabalhos da escola (projetos, oficinas, aulas de reforço) tem sido relevante para a formação dos jovens estudantes. Para potencializar o ensino os projetos precisam ser bem encaminhados para que a escola forneça melhores condições de funcionamento e promova a inserção social de crianças e adolescentes, antes excluído na sociedade.

Portanto, o trabalho de estágio atribuiu noções significativas do campo de trabalho do professor, da relação interpessoal com os alunos, conscientizando o estagiário para os desafios provenientes da realidade que ele irá lidar ao assumir o posto, respeitando as diferenças e observando critérios que gerem sucesso na prática docente. Para isso, é preciso contar com a participação de todos no avanço do ensino: a escola, o aluno e a comunidade.

6. Referências

BARRETO, Carmen Menna. *Gestão Financeira na Unidade Escolar-Aplicação de Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE*. Rio de Janeiro – RJ, 2009. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo17882/artigo_sobre_gestÃo_financeira_na_unidade_escolar>. Acessado em 18 de Abril de 2012 às 11h32min.

BARROS, Gilvander Ferreira. *Recursos Financeiros para a Educação: Dez Perguntas que não Podem Calar*. UNAMA, Belém-PA, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acessado em 14 de abril de 2012 às 14h15min.

BRASIL. Resolução FNDE/CD Nº 18/2013. Estabelecer normas para a execução do PDDE, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/etiquetas/item/4386-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-10,-de-18-de-abril-de-2013>>. Acessado em 07 de maio de 2013 às 16h44min.

DAYRELL, Juarez. *Múltiplos Olhares Sobre a Educação e Cultura: A Escola como Espaço Sociocultural*. Editora UFMG, Belo Horizonte – MG, 1996.

PANIZZI, Conceição A. F. Lima. *A Relação Afetividade-Aprendizagem no Cotidiano da Sala de Aula: Enfocando Situações de Conflito*. Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro – RJ, 2003. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/cca/produção/arquivos/extensão/Relação_afetividade-aprendizagem_sala_aula.pdf>. Acessado em 17 de abril de 2012 às 15h37min.

